



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N.º 8/09
SESSÃO ORDINÁRIA (CONTINUAÇÃO)
12-05-2009

Sessão realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines. -----

Início – 21:30 h -----

PRESENCAS: -----

PRESIDÊNCIA: Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (C.D.U.) -----

1º Secretário: Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha (C.D.U.) -----

2º Secretário: José Eduardo Félix da Costa (C.D.U.) -----

Idalino Sabido José (P.S.) -----

Fernando Miguel Ramos(PS) -----

José Arcanjo Ferreira Costa (C.D.U.) -----

Francisco Pereira Venturinha (PPD/PSD) -----

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (C.D.U.) -----

Pedro Miguel de Barros Ventura (P.S.) (Substituição) -----

João Manuel Mexa (CDU) -----

Acácio Dionisio dos Santos (Independente) -----

Manuel Maria Dias Lampreia (P.S.) -----

Helena Margarida R.C. Sales (C.D.U.) -----

António Castro Ferreira (P.S.) (Substituição) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (C.D.U.) -----

Micael Alexandre da Silva Raposo (PPD/PSD) -----

Fernanda Maria da Silva Duarte Moura (C.D.U.) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (P.S.) -----

João Manuel Damas (CDU) -----

Martinho José Fráguas Pinho (C.D.U.) -----

Carlos Manuel Jesus Salvador (P.S.) -----

Rui Manuel Fernando Penas (C.D.U.) (Substituição) -----

José Manuel Guerreiro Arsénio (P.S.) -----

FALTAS : -----

Susana Cristina Nogueira da Silva (P.S.) -----

João Francisco Batista Craveira da Silva (P.S.) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

António Gonçalves Correia (C.D.U.) -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES: -----

Presidente: Manuel Coelho Carvalho -----

Vereadora: Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos -----

Vereadora: Carmem Isabel Amador Francisco -----

Vereador: António José Nogueira de Almeida -----

Vereador: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Foi dado conhecimento através da Mesa da Assembleia Municipal das seguintes substituições -----

A Senhora Susana Cristina Nogueira da Silva, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 12-05-2009, sendo substituída pelo Senhor Pedro Miguel de Barros Ventura. -----

O Senhor João Francisco Batista Craveira da Silva, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 12-05-2009, sendo substituído pelo Sr. António Castro Ferreira. -----

O Senhor António Gonçalves Correia, nos termos da Lei 5-A/2002 pediu a sua substituição para a sessão de 05-05-2009, sendo substituído pelo Senhor Rui Manuel Fernandes Penas. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. Apreciação do Relatório da Comissão Especializada do Ambiente e Ordenamento do Território, sobre a contaminação da água subterrânea de Sines e eventual expansão às captações municipais de Monte Feio; -----
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines, referente à alteração ao Mapa de Pessoal de 2009; -----
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre a alteração da operação de loteamento municipal "Bairro Amílcar Cabral" – Desafecção do Domínio Público Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária (Continuação)

12-05-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que os trabalhos foram interrompidos na sessão anterior no ponto da ordem de trabalhos, relativo ao Relatório da Comissão Especializada do Ambiente, designadamente sobre a possível contaminação da água, pelo que se deverá retomar os trabalhos nesse ponto, dando de seguida a palavra ao Coordenador da referida Comissão Especializada. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, referiu que considera grave o que se passou na reunião anterior e que o autor da acção ainda não apresentou desculpas sobre o sucedido, o que considera lamentável, mas a vida continua e os actos ficam para quem os pratica e como tal os Deputados da C.D.U. em respeito à Assembleia Municipal de Sines e à população de Sines, ao contrário de muitos, não entram em vitimações. -----

Lamenta que de tudo o que se passou na última Assembleia Municipal, só tivesse saído o acessório, porque o fundamental é a questão da contaminação da água e isso é que tem que sair para a rua e não o resto e relativamente ao acessório crê que tudo já foi dito. -----

Salienta que tem conhecimento que o resultado das últimas análises da água já chegaram à Assembleia Municipal, contudo ainda faltam dados. Refere que é lamentável que não estejam todos do mesmo lado, isto é a defender os direitos de todos. -----

Informa que irá convocar brevemente uma reunião da Comissão Especializada, esperando ter todos os documentos necessários para que a Comissão possa realizar o seu trabalho, tendo sempre em conta a defesa dos interesses da população sem entrar em aproveitamento político, porque o problema é sério e como tal merece ser tratado de uma forma séria. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, interveio fazendo uma nota sobre a interrupção dos trabalhos na sessão anterior, dizendo que quando desempenhou as funções de Vereador da Câmara Municipal foi ofendido por um Deputado da Assembleia Municipal e os trabalhos não foram interrompidos, pelo que considera que deveria existir cuidado com os procedimentos. -----

Quanto à matéria em questão considera que o Senhor Presidente não deveria ter agendado o assunto com base na carta recebida pela Comissão Especializada do Ambiente. Refere que deveria ter sido solicitado à referida Comissão um Relatório objectivo, porque considera que o documento em questão não é um relatório, mas sim um conjunto de comentários e observações tendenciosos que não permite à Assembleia Municipal uma tomada de posição objectiva, porque as referidas conclusões nada apontam nesse sentido. -----

Salienta que o Senhor Deputado Hélder Guerreiro com este tipo de documento, atacando na sua opinião o executivo municipal pretende obter dividendos políticos para o Partido Comunista Português, parece que está a dar tiros nos pés com risco de ricochete. -----

Frisa que todos sabem que há muitos anos a responsabilidade da qualidade da água é dos executivos da C.D.U. Finaliza afirmando que com camaradas destes, não é preciso adversários políticos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

Senhor Deputado Sidónio Salgado, refere que em parte concorda com o Deputado Ferreira Costa, porque também considera que o documento apresentado não é um relatório, mas sim uma informação dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Refere mais uma vez que não teve oportunidade de apresentar correcções ao documento, contudo salienta que a Câmara Municipal teve uma reunião muito importante com as entidades envolvidas, mas parece que esta deve ter sido secreta, porque a Senhora Vereadora tomou notas, mas não houve o cuidado de fazer chegar essas mesmas notas à Comissão Especializada, para que esta efectivamente pudesse apresentar um relatório mais objectivo e preciso a esta Assembleia Municipal.-----

Senhora Deputada Fernanda Moura, refere que considerando que a descoberta da contaminação do aquífero que abastece os sistemas da Câmara Municipal foi casual e considerando ainda que para a reunião da Comissão Especializada de 06.01.09, foram entregues também boletins de análises relativos às análises efectuadas até à altura e que existiu uma reunião fulcral dia 29 de Janeiro com a presença das diversas entidades intervenientes no processo. -----

Considerando ainda que o facto de não ter existido uma acta dessa reunião, não deveria ter impedido a Câmara Municipal de informar a Assembleia Municipal das estratégias delineadas por cada uma das entidades que estiveram presentes na reunião. Salienta que é um facto que à data da reunião de Abril, a Comissão Especializada, não tinha mais conhecimento do que se estava a passar, com excepção de que a Câmara Municipal está a cumprir um programa de monitorização quinzenal de qualidade, tanto do sistema de abastecimento, como das captações, não sabendo mais nada além disso, pelo que lhe parece legítimo questionar a Câmara Municipal, porque é ela a responsável pela gestão dos vários sistemas de água. -----

Posto isto questiona que quem poderá garantir que antes da descoberta da contaminação, puramente casual, as populações não foram servidas com águas contaminadas. Frisa que esta questão é colocada até pela salvaguarda da própria Câmara Municipal e não no sentido de pretender responsabilizá-la em alguma coisa, porque enquanto entidade gestora faz tudo o que a lei obriga, no entanto considera que a Câmara Municipal poderia informar a Assembleia Municipal dos custos de todo o processo, nomeadamente o custo adicional com a monitorização, assim como os custos adicionais com a aquisição de água para o abastecimento à população. -----

Questiona ainda se existem alguns estudos técnicos que permitam concluir que a presença de hidrocarbonetos nas águas para consumo humano são, ou não prejudiciais à saúde das populações, sabendo que não é expectável a presença desse tipo de contaminantes nessas águas. Questiona se devemos, ou não estar preocupados com a saúde das populações? Se não existir nenhum estudo, pergunta se está algum previsto, para quando e quem o fará? -----

Frisa que tanto o órgão executivo, como o órgão deliberativo estão envolvidos na questão e tem a certeza absoluta que a preocupação é unânime. Salienta que também tem a certeza que todos os membros da Assembleia Municipal farão tudo o que estiver ao seu alcance,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

no sentido de minimizar ou resolver o problema, independentemente das posições divergentes, ou não coincidentes no que respeita às práticas assumidas, por parte dos diferentes partidos políticos representados na Assembleia Municipal e na própria Câmara.

Sublinha que o Senhor Presidente da Câmara Municipal na Reunião da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro garantiu que iria disponibilizar toda e qualquer documentação adicional sobre o assunto, porém parece que não é isso que está a acontecer. Finaliza perguntando se existe mais algum desenvolvimento sobre o problema.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que existe desde há muito tempo uma preocupação por parte da Câmara Municipal, sobre o que se passaria com o subsolo e nas reuniões decorridas com as empresas, particularmente nas apresentações dos estudos de impacto ambiental essa preocupação era referida. Salaria que chegou a referir várias vezes que num outro País a Repsol, não deveria estar implementada naquela zona, daí estar razoavelmente à vontade para falar do assunto. Explica que por via das obras da Artenius, foi detectado um depósito extenso de resíduos industriais perigosos e espantosamente ninguém sabe quem os colocou e quem autorizou a sua deposição no local, tendo a Câmara Municipal só tomado conhecimento da ocorrência um ano depois. ---

Salaria que as leituras a fazer de momento são as seguintes: Que estado temos? Que Ministério do Ambiente temos? E como se vai lidar com a questão? -----

Prossegue explicando que a Câmara Municipal tudo fez e no contexto anterior ao dia 27 de Janeiro, o Senhor Deputado Hélder Guerreiro elogiou a Câmara Municipal pela forma como estava a tratar o assunto, mas agora quer se fazer crer que a mesma Câmara está a esconder informação. Frisa que não irá entrar mais em grandes polémicas com o Senhor Deputado Hélder Guerreiro, porque não merece respostas, porém nas duas últimas reuniões excedeu-se, numa disse que iria propor a entrega de um pin ao Presidente da Câmara pela sua prestação relativamente à GALP, noutra disse que o Presidente da Câmara reunia com o Senhor Secretário de Estado, não para tratar de assuntos do município, mas para resolver problemas do Governo e perante afirmações deste teor muitas vezes dão-se respostas menos convenientes. -----

Volta a frisar que a Câmara Municipal agiu de imediato, tendo sido a única a oficiar a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a IGAOT – Inspeção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, o Ministério do Ambiente e a ARG – Administração Regional Hidrográfica do Alentejo. Solicitou ainda ao Ministério Público medidas para apurar responsabilidades. -----

Salaria que as entidades envolvidas estiveram reunidas nos Paços do Concelho, tendo a Câmara Municipal exigido tomadas de posição sobre o assunto. Refere que toda a informação disponível será entregue à Assembleia Municipal, porque não existe interesse algum em sonegar informação. -----

Relativamente às questões da Deputada Fernanda Moura, afirma que a população de Sines não andou a consumir água contaminada. Salaria que o primeiro passo que a Câmara Municipal deu foi convocar a entidade de saúde e com ela tratar da situação, tendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária (Continuação)

12-05-09

sida suspendida a captação de água em determinados furos e posteriormente aconselhado retomar as captações. -----

Sobre a crítica feita à Câmara Municipal, relativamente a não ter sido dada informação sobre o que tinha sido tratado na reunião do dia 29 de Janeiro, refere que a Senhora Vereadora já explicou que dessa reunião de trabalho existem algumas notas e que nunca houve intenção de boicotar o trabalho da Comissão Especializada. Afirma que o que a Câmara Municipal pretende é convergência de forças, nomeadamente da Assembleia Municipal, para agir junto das entidades e nunca esconder questões. -----

Vereadora Carmem Francisco, refere que gostaria de responder a duas questões que foram levantadas pelo Deputado Hélder Guerreiro na última reunião da Assembleia Municipal e que não teve oportunidade de o fazer. Salaria que numa devolveu-lhe as acusações de má fé e responsabilidade, pelo que gostaria de dizer que não pode afirmar que não aceita, uma vez que ela própria fez acusações nos termos idênticos, mas afirma que não lhe encaixam absolutamente e que qualquer um dos presentes poderá ser julgado relativamente à forma como exerce o poder político, num momento certo e pelas pessoas certas. A outra diz respeito ao termo que foi utilizado, designadamente que a Câmara Municipal estaria a sobrevalorizar a questão da contaminação da água, ao que responde que não aceita. Explica que tal como o Senhor Presidente da Câmara já referiu, o assunto tem sido colocado na agenda por parte do município de Sines e não por outra entidade qualquer há bastante tempo. Foi reflectido no Plano de Urbanização da Zona Logística de Sines e deveria ter sido reflectido no GISA – Gestão Integrada de Saúde e do Ambiente, mas por questões de financiamento não foi possível avançar com o processo na monitorização ambiental na globalidade, tendo as questões da qualidade da água e da qualidade dos solos ficado para uma segunda fase. Tendo avançado a questão da qualidade do ar, que foi considerado a mais premente para o município de Sines. -----

Lamenta que o primeiro workshop da Feira do Ambiente que teve lugar na semana passada não tenha tido a participação de todos os deputados municipais, designadamente do Senhor Deputado Hélder Guerreiro, considerando que no referido seminário houve dois momentos de grande importância, designadamente o momento em que foram apresentados os primeiros resultados do GISA – Gestão Integrada de Saúde e Ambiente e explicitada a forma como se está a desenvolver o processo, que considera ser de grande importância para o município de Sines. Relativamente ainda ao GISA, sublinha a exposição do Professor Amílcar Cabral Soares que salientou duas questões absolutamente determinantes para o desenvolvimento de Sines, nomeadamente as questões do ar e da água, tendo feito uma exposição sobre quais são as grandes ameaças dos aquíferos. -----

Salaria também a primeira apresentação pública do Programa de Monitorização da Zona Industrial e Logística de Sines, o qual está a ser desenhado e concebido pela AICEP, nos termos do Plano de Urbanização da ZIL, que entrou em vigor em Novembro de 2008. Explica que os dois sistemas, GISA e Plano de Monitorização da ZIL, estão interligados e alimentar-se-ão entre si, sendo que o âmbito do GISA é mais abrangente em termos de território, uma vez que o âmbito do Plano de Monitorização da ZIL abrange apenas a zona industrial logística de Sines, mas é mais abrangentes em termos dos parâmetros que visa monitorizar que são o ar, a água e os solos, assim como as questões da água e do mar. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

Relativamente ao processo propriamente dito e para além de tudo o que já foi referido, frisa que a acta não foi efectivamente feita, porque não é obrigatório a sua elaboração. Dos elementos do processo que serão e foram já alguns facultados à Assembleia Municipal pode perceber-se toda a actuação das entidades a seguir à ocorrência dessa reunião. Sublinha que não foi uma reunião secreta, nem de faz de conta. -----

Refere que no momento existe alguma informação que ainda não está consubstanciada nos boletins de análises, porque eles ainda não foram disponibilizados pelo laboratório, mas existe alguma informação adicional que motivou uma nova reunião com a Delegada de Saúde, afim de ser aferido se aquele que tem vindo a ser o Plano de Acção e que é definido pela Autoridade de Saúde, merece neste momento alterações, ou não. -----

Explica que de momento Sines dispõe de cinco captações municipais e pelo resultado das análises já entregues verifica-se que existem valores nas captações que nalguns casos tem excedido os parâmetros legais, variando de captação para captação e de parâmetro para parâmetro. Refere que esta situação tem sido descrita por vários peritos na matéria como de difícil análise, porque efectivamente não é nada fácil encontrar uma correlação entre os factores que permita perceber com alguma simplicidade o que se está a passar.---

Salienta que em função das diferentes análises que tem sido recebidas há um Plano de Intervenção definido pela Autoridade de Saúde do Concelho de Sines que vai determinando em cada momento quais as captações do município que podem, ou não ser utilizadas. Desde o início que pelo menos cinquenta por cento da água que é fornecida pela rede pública de Sines é proveniente das Águas de Santo André que utilizam o mesmo aquífero, embora captem a profundidades muito superiores e pelas informações que dispõem estão mais protegidas que as captações de Sines, tendo em conta a sua localização e tendo em conta também a profundidade a que é captada. -----

Informa ainda que na última semana tiveram informações por parte da Agência Portuguesa do Ambiente que tinha sido feito um Plano de Amostragem da zona de deposição de resíduos industriais perigosos e que a Câmara Municipal seria informada logo que houvessem resultados. Sublinha que é de uma grande irresponsabilidade colocar a dúvida sobre há quanto tempo a população de Sines tem sido abastecida por água contaminada. Refere que a resposta já foi dada, mas volta a repetir que é obvio que a população de Sines, não tem sido abastecida, nem está a ser por água contaminada. -----

Explica que a entidade competente nos termos da legislação e em termos de saúde pública é a Autoridade de Saúde do concelho de Sines que tem acompanhado, não só a monitorização ao longo dos anos, mas no momento também a monitorização mais intensa que está a ser feita, portanto considera que a colocação da dúvida atrás referida, não contribui de forma alguma para a resolução do problema em questão. -----

Frisa que está ciente que o problema é grave e complexo e que necessita do empenho de todas as entidades públicas, designadamente da Câmara Municipal e Assembleia Municipal e é nesse sentido que acredita que todos podem trabalhar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária (Continuação)

12-05-09

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, refere que é obvio que a Senhora Vereadora Carmem Francisco, não pode afirmar que a população de Sines, nunca foi abastecida por água contaminada, porque as análises que foram realizadas agora nunca tinham sido efectuadas e a contaminação foi descoberta casualmente, não se sabendo há exactamente quanto tempo lá está, por isso nada se pode garantir. -----

Salienta que todos os quatro poços que foram analisados estavam afectados e como a Deputada Fernanda Moura disse a questão da legalidade confunde-se com a questão da saúde pública. Afirma que se pode dizer que há contaminação, porque foram detectados elementos estranhos à natureza química da água, ou seja foram detectados compostos aromáticos policíclicos que não fazem parte da composição natural da água, pelo que há contaminação. -----

Salienta que é verdade que a lei estabelece 0.2 microgramas por litro como limite máximo admissível, mas também é verdade que não existe nenhum estudo que diga que a presença de 0.1 de microgramas de aromáticos policíclicos na água não faz mal à saúde. Refere que na sua opinião os quatro poços deveriam ser encerrados. -----

Salienta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, não aceita que se diga que a Autarquia numa segunda fase de actuação poderia ter feito mais, isto é poderia ter aproveitado o acesso aos Secretários de Estado e aos Ministros para pressionar as entidades responsáveis. -----

Finaliza referindo que folga saber que a Senhora Vereadora Carmem tivesse detectado a sua ausência na conferência realizada no âmbito da Feira do Ambiente, que curiosamente foi patrocinada pela Repsol e supostamente é a causadora da contaminação. -----

Senhora Deputada Fernanda Moura, refere que talvez não se tivesse feito explicar na intervenção anterior, porque não está em causa a realização, ou não da acta, o que foi questionado foi se a Câmara Municipal, mesmo não dispondo de acta, não poderia ter informado a Assembleia Municipal das estratégias que foram tomadas pelo Senhor Presidente e que não colocam em causa, mas precisam saber quais são e quem faz o quê? -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que tal como o Senhor Deputado Sidónio Salgado referiu no início, não há documentação que permita ir mais longe na discussão do assunto. Frisa que ficou claro que a Câmara Municipal em Dezembro disponibilizou-se para facultar todos os elementos disponíveis sobre a referida matéria e decorridos cinco meses ainda não forneceu toda a documentação. -----

Refere que existem confusões que é necessário desfazer, designadamente o Deputado Ferreira Costa entende que a Mesa da Assembleia Municipal deve fiscalizar as Comissões, mas o papel do referido órgão é sim fiscalizar a Câmara Municipal, não as suas Comissões, que são incumbidas de áreas e matérias de trabalho que depois de analisadas são enviadas relatórios para a Assembleia Municipal, mas para isso têm obviamente que dispor de dados concretos. Frisa que não foi fornecida qualquer informação sobre o que aconteceu na reunião de 29.01.09, porque não foi elaborada acta da mesma, porém dada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

a importância do assunto deveria ter sido feita uma acta, mesmo que esta não seja obrigatória, porque todos sabem que existe um aquífero contaminado. Ao existir uma reunião com um conjunto de entidades para a resolução do assunto, não deveria existir só notas, mas sim um documento mais sério, para se exigirem responsabilidades. -----

Salienta que a Assembleia Municipal continua disponível e exige ter conhecimento do que se passa, porque essa é a sua obrigação legal e porque querem ser parte integrante do referido processo. Refere que os dois órgãos da Autarquia devem estar colocados na mesma dimensão do problema, porque querem exigir politicamente a quem de direito que tome as decisões que a matéria em análise necessita. Querem continuar a ser tratados como parte de direito no problema. -----

Frisa que não chegam os esclarecimentos verbais facultados nas reuniões da Assembleia Municipal, porque necessitam muito mais do que isso, para terem a certeza de que a população de Sines pode, ou não, vir a ter problemas no futuro. -----

Senhor Deputado Rui Penas, considera que a Câmara Municipal deverá disponibilizar à Assembleia Municipal um dossier com toda a documentação referente ao assunto, afim de analisar o problema com a profundidade e seriedade que merece. -----

Refere que enquanto o Senhor Presidente da Câmara Municipal se defende daquilo que acha serem armas de arremesso político, a Assembleia Municipal faz o contrário, porque independentemente do padrão político de todos os Deputados, estes tem o direito de saber tudo de uma questão tão grave como a que está em discussão, porque não se trata de arremesso político e cada um no seu direito de autarca ao exigir da Câmara Municipal, do seu Presidente e do Executivo, não deverá ser considerado um "idiota chapado", mas sim interessado na resolução das questões. -----

Reforça o que o Senhor Presidente da Câmara, assim como o Senhor Presidente da Assembleia já disseram ao referirem-se ao assunto como "coisa pública", por isso é de todos e interessa a todas as forças políticas. Se existem comentários, ou algumas questões que emocionalmente não conseguem ser postas de parte, refere que na prática é um problema grave, porque cada um dos Deputados tem o direito de saber o que se passa na integra. Salienta que as intervenções da Senhora Vereadora Carmem efectivamente foram esclarecedoras, mas que a Deputada Fernanda Moura, assim como o Deputado Hélder Guerreiro levantaram algumas questões técnicas e isso enquanto cidadão dá-lhe o direito de saber se existe algum problema com a água, ou não? Frisa que é isso que se pede à Câmara Municipal de Sines, porque como já foi referido trata-se de uma questão pública. -----

Frisa que pretender fazer crer que a Câmara Municipal está a fazer isto ou aquilo e crer fazer crer que a Assembleia Municipal está a querer "entalar" a Câmara Municipal, não considera ser uma boa resposta, ou um bom caminho, porque faz com que existam dúvidas, quer por parte dos deputados, quer por parte dos munícipes presentes. A relação deverá ser baseada na confiança e não na desconfiança. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária (Continuação)

12-05-09

Relativamente aos comentários tecidos pelo Deputado Ferreira Costa, sobre a bancada da C.D.U., refere que a ele, pessoalmente não fazem sentido. Sobre a reunião da Assembleia Municipal que o deputado em questão diz ter sido insultado na qualidade de vereador, recorda-se que os trabalhos não foram suspensos, porque a ocorrência registou-se no fim dos trabalhos da Assembleia e como camarada solidário e indignado pelo sucedido, na mesma hora o defendeu, como faria agora se tal se verificasse. -----

Senhor Deputado Idalino José, reitera o que já foi referido pela bancada do Partido Socialista, nomeadamente que a Comissão Especializada do Ambiente deve aprofundar e recolher toda a informação e posteriormente apresentar o relatório à Assembleia Municipal, porque a contaminação dos solos e eventualmente a contaminação da águas é uma situação grave que merece uma análise concreta. -----

Congratula-se pela bancada da C.D.U. estar efectivamente preocupada com a situação, porque há vários anos que o Partido Socialista na Autarquia tem mostrado preocupação pelo passivo ambiental existente naquela zona, nomeadamente na Ribeira dos Moinhos e no JKC1. Frisa que o Partido Socialista sempre alertou e insistiu para que fossem realizadas análises para se averiguar se existia contaminação, ou não, nas águas. Posteriormente voltaram a manifestar preocupação sobre a localização do aterro sanitário, porque onde existe um enorme passivo ambiental, não há garantias que não possa contaminar o subsolo e o aquífero, porque as fisionómicas são insuficientes nessa matéria e mais uma vez a C.D.U na altura desligou-se do processo e disse que aqueles resíduos tóxicos perigosos não podiam estar ali, por isso a situação não é recente, mas sim de décadas atrás. -----

Salienta que é fundamental que a Câmara Municipal tudo faça para que tenha os dados, afim de poder sossegar a população, ou não, relativamente à situação. Finaliza referindo que espera que se faça um trabalho sério em prol da população, estando convicto que os autarcas o farão, porque é esse o seu dever e obrigação como representantes da população, ficando a aguardar que a Comissão Especializada do Ambiente faça o seu trabalho e o apresente o resultado à Assembleia Municipal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que quer na intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, quer na intervenção do Deputado Rui Penas está patente a intenção de querer saber mais e que a Câmara Municipal tem documentação e não a pretende fornecer, o que considera grave, porque não se trata disso. -----

Relativamente à questão da crítica da falta da acta da reunião promovida pela Câmara Municipal de Sines em que esta chamou a atenção de todas as entidades presentes para a gravidade da situação e para assumirem responsabilidades, sublinha que Câmara Municipal não cometeu nenhum erro, porque não se tratou de uma reunião de faz de conta, tendo sido ela a única que convocou as entidades, transmitiu informação e exigiu acção de cada uma delas, tendo sido a partir desse momento que começou a existir uma acção coordenada, mas na sua opinião ainda insuficiente. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Idalino sobre as lamas, refere que na altura tratava-se do processo de co-incineração em que o Deputado em questão depois disso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

esteve calado, tendo sido o Presidente da Câmara Municipal o único que agiu na altura. Refere que os Senhores Deputados podem estar tranquilos porque à medida que a documentação for disponibilizada esta será entregue à Assembleia Municipal. Sublinha que a situação deve ser conduzida com inteligência e cuidado para não fazer alaridos em demasia, se eventualmente for necessário a população será mobilizada. Apela à sensatez e cooperação para a resolução do assunto. -----

Salienta que a Câmara Municipal contratou um dos melhores peritos do País, o Professor Chambell, que está a trabalhar com a Câmara Municipal, quando deveria ser o Ministério do Ambiente a fazer o estudo do aquífero. Frisa mais uma vez que a Câmara Municipal não está descuidada e está a fazer tudo o que é possível fazer. -----

Senhora Vereadora Carmém Francisco, refere que o assunto é complexo e grave, sendo certo que existe uma contaminação de solos e aquíferos. É necessário ter em conta que existem dois regimes legais a que correspondem também diferentes parâmetros e níveis de detecção. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Hélder Guerreiro, sobre os valores ultrapassados nas captações, salienta que a ultrapassagem dos valores guia nas captações, não ultrapassou até à data os valores da água que é fornecida aos consumidores no seu regime legal. Por via da preocupação cinquenta por cento da água que está a ser fornecida aos consumidores provém do aquífero de Santo André, que também é preciso acompanhar, embora esteja mais protegido também é analisado periodicamente. -----

Explica que foi realizada uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, no dia 10.03.09, sobre a matéria em discussão, onde estiveram presentes a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e outros organismos do Ministério do Ambiente. Salienta que a referida reunião destinou-se a colocar o Governo a par da visão da Câmara Municipal relativamente ao problema e por outro lado tratar da questão dos custos acrescidos que implica no momento o fornecimento de água. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, frisa que não disse que a Assembleia Municipal tinha obrigação de fiscalizar as comissões, mas sim que não concordava com o documento apresentado, porque não se tratava de um relatório e o Senhor Presidente enviou-o para os Deputados, como tal. -----

Refere ainda que não concorda totalmente com as conclusões do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre a matéria. -----

Senhor Deputado Rui Penas, relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao referir que o projecto em curso em Sines é o único na área do Ambiente, salienta que a avaliar pelas respostas que são dadas pelo Ministério do Ambiente, assim como das entidades envolvidas pode concluir-se em que estado se encontram as questões ambientais no País. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

Senhora Deputada Fernanda Moura, lamenta que ao fim de três sessões a falar do mesmo, objectivamente se tenha chegado à conclusão que faz falta o memorando da reunião do dia 29 de Janeiro. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que em gestão é preciso aproveitar todas as oportunidades e Sines teve a oportunidade do aterro sanitário sair do local onde está. Facto este que o Senhor Presidente da Câmara Municipal terá de assumir, quer queira, ou não. -----

Sobre a questão da água refere que é bom que se pense em toda a tubagem que ainda existe em Sines em fibrocimento e amianto e que continua a abastecer a população de Sines. Refere que é altura de fazer a substituição dessa tubagem. -----

Senhor Deputado Hélder Guerreiro, relativamente ao relatório explica que o procedimento foi o mesmo que tem sido feito noutras reuniões da Comissão Especializada, podendo ser chamado de relatório, conclusão ou memorando. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que as intervenções estão a tomar um rumo diferente do proposto, parecendo-lhe que isso não trás nada de novo à discussão. Salaria que é voz de todas as forças políticas que existe necessidade de mais informação, afim de possibilitar uma tomada de decisão sobre o problema, pelo que aconselha a não ir mais longe na discussão. -----

Finaliza referindo que irão aguardar cerca de duas semanas por informação da Câmara, sobre a reunião de Janeiro e outra documentação que eventualmente possa existir para a Comissão Especializada fazer o seu trabalho e dá-lo a conhecer à Assembleia Municipal.—

Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato ao Ponto nº. 2 da Ordem de Trabalhos - “ **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines, referente à alteração ao Mapa de Pessoal de 2009**”. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, procedeu à explicação do ponto, referindo que existia necessidade de resolver a situação dos postos de trabalho a prazo. Explica que existiam 102 trabalhadores contratados nessa situação e que a Câmara Municipal entendeu que deveria abrir procedimentos concursais para regularizar a situação desses trabalhadores contratados que existiam em todos os serviços. Salaria que foram criados 159 lugares para absorver os 102 lugares e para outras situações que pontualmente surjam, designadamente reforços temporários. Refere ainda que o Chefe de Divisão dos Recursos Humanos está presente na sala para quaisquer esclarecimentos que considerem pertinentes. -----

Senhor Deputado João Mexa, questiona se o Mapa de pessoal foi discutido com a estrutura sindical dos trabalhadores da autarquia. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, questiona se as alterações ao Mapa de Pessoal foram discutidas nos termos já referidos pelo Deputado Mexa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

Senhor Deputado Sidónio Salgado, refere que considera inoportuno a Câmara Municipal insistir em trazer os técnicos à Assembleia Municipal para darem respostas políticas, porque estes são apenas técnicos e como tal é só esse o papel que lhes cabe. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que existe um clima sistemático de afrontamento e provocação ao Presidente da Câmara e no caso do Deputado João Mexa, insistindo em dirigir-se a ele como Doutor Manuel Coelho. Salienta que o que está em causa é a resolução do problema de 102 trabalhadores que estavam contratados e nada mais. -----

Sobre a intervenção do Deputado Sidónio Salgado, considera normalíssimo que os técnicos estejam presentes, porque existem questões que os eleitos por vezes tem dificuldade em responder, daí que sejam convidados a estar presentes para eventuais esclarecimentos adicionais que possam ser necessários. -----

Sublinha ainda que todas as decisões tomadas são baseadas em pareceres técnicos, por isso considera que não deverá existir uma separação tão rígida entre técnicos e políticos. –

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que a alteração em questão não é só para resolver a situação dos quadros superiores, mas também a situação dos encarregados, especialistas e operários. -----

Senhor Deputado João Mexa, volta a questionar se existiu, ou não, reuniões com a Comissão Sindical dos trabalhadores. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, questiona se desde 1998 existe o cuidado de reunir com a Comissão Sindical, sempre que se registem alterações ao Mapa de Pessoal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, explica que a Comissão Sindical sempre que solicita uma reunião apresenta uma ordem de trabalhos com os assuntos que quer discutir com o executivo. Refere que o senhor deputado sabe qual é a prática da Câmara Municipal, designadamente para com a União dos Sindicatos aquando das comemorações do 1º de Maio, assim como para a Festa do Avante, entre outras. -----

Senhor Deputado João Damas, questiona se a reestruturação ao Mapa de Pessoal de um organismo público, não obriga que tenha que ser pedido parecer prévio às Comissões Sindicais, ou Comissões de Trabalhadores, caso existam, porque se assim o for, a actuação da Câmara Municipal, não foi correcta, porque pode ser anulada pelos sindicatos, alegando que o processo prévio não foi solicitado. -----

Sobre a questão do Deputado Fernando Ramos, refere que se for apurado que o referido parecer tem que ser solicitado, tanto incorrecto está o procedimento actual, como esteve no passado. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, afirma que crê que a Câmara Municipal, não é obrigada a pedir parecer prévio à Comissão Sindical, sendo que as duas entidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

que devem pronunciarem-se sobre a matéria são a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, foi a proposta da Câmara Municipal de Sines, referente à alteração ao Mapa de Pessoal de 2009, submetida à votação, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----

Ponto N.º 3 – “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre a alteração da operação de loteamento municipal “Bairro Amílcar Cabral” – Desafecção do Domínio Público Municipal.” -----

Não havendo intervenções, foi a referida proposta submetida à votação, a qual foi aprovado por unanimidade. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra aos munícipes presentes. ---

Senhor Luís Gil, refere que na semana anterior ficou surpreendido por um artigo publicado no Correio da Manhã intitulado “Polis – Litoral Alentejano”, no valor de 50.000 mil euros, para os concelhos de Odemira, Aljezur e Vila do Bispo, ficando Sines de fora. -----

Salienta que quando foi criado o Parque Natural e no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, o qual previa uma série de equipamentos e acessos às praias, nomeadamente estacionamento, entre outros, em Porto Covo nada foi feito, porque o Parque Natural alegou sempre que não havia verbas para o efeito. Ao tomar conhecimento da referida notícia e de acordo com o teor da mesma constata que mais uma vez estão a ser penalizados. Pelo facto mostra o seu descontentamento, porque Porto Covo necessita urgentemente de ser abrangido pelo Polis. -----

Salienta ainda que ficou surpreendido pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal quando este afirmou que nas reuniões do Partido Comunista, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeria que não se efectuassem obras em Porto Covo, enquanto a população votasse no Partido Socialista. Frisa que a afirmação é demasiado grave para ser dita na Assembleia Municipal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à intervenção do Senhor Luís Gil, não sabe porque apareceu na comunicação social um artigo sobre o Polis. Explica que Sines, Odemira Aljezur e Vila do Bispo lutam há cerca de quatro anos por verbas destinadas a intervenções nos referidos municípios, mas como na altura não havia verbas no terceiro Quadro, o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento prometeu que iria ser criado um Polis destinado aos quatro concelhos. Refere que ficou surpreendido com a notícia e pediu esclarecimentos, tendo-lhe sido dito que se tratava de uma informação incorrecta. Informa ainda que está agendada uma reunião para serem discutidas as questões relativas a Sines, garantindo que o montante existente será discutido com os quatro concelhos e não só com os três como refere o artigo. -----

Salienta ainda que a Câmara Municipal encomendou um estudo para o Portinho de Porto Covo que oportunamente será apresentado. Relativamente à segunda questão continua a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

afirmar que numa reunião no âmbito de preparação do Plano e Orçamento, o Senhor Presidente da Assembleia, noutra qualidade disse que não se devia permitir que o Partido ganhasse as eleições e que em consequência disso, não deveriam ser efectuadas obras em Porto Covo. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que tudo o que está feito em Porto Covo é obra da C.D.U. Relativamente à afirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que numa reunião interna do Partido Comunista Português, que deveria ser restrita e confidencial e nunca trazida à praça pública, porque as pessoas devem respeitar os órgãos a que pertencem, ou estão situadas. Sublinha que trata-se de reuniões onde cada um transmite a sua opinião e só depois de auscultadas todas as opiniões existe uma decisão colectiva e a decisão final foi que se devem fazer obras em Porto Covo. -----

Explica que na última reunião havida com a Comissão Permanente foi feita uma reflexão sobre a situação actual da Assembleia Municipal, onde o Deputado Francisco Venturinha referiu que tem que existir mais cuidado nas intervenções, até tendo em conta o que se passou na última reunião, podiam correr o risco das discussões irem longe demais, nomeadamente nalguns dizeres e ofensas aos Deputados Municipais e à Câmara Municipal, pelo que deveria optar-se por uma conduta mais contida de forma que a Assembleia Municipal saia dignificada e não prejudicada. -----

Senhor Deputado Francisco Venturinha, refere que já manifestou a sua preocupação junto da Comissão Permanente e volta a repetir essa mesma preocupação junto da Assembleia Municipal. Salaria que sentiu-se incomodado pela forma como foram encerrados os trabalhos na última reunião e que em nada dignifica o desempenho do órgão, nem a quem o elegeu. -----

Constata que existe claramente um "terrorismo político" entre algumas forças e não é com esse propósito que a Assembleia Municipal reúne e toma decisões. A sua preocupação ainda é maior, porque acredita que a tendência é para descambar para uma situação ainda mais grave que poderá enxovalhar tanto a Assembleia Municipal como a Câmara Municipal. -----

Sublinha que está na Assembleia Municipal de boa fé e para dar um contributo ao que se propôs e nesse sentido sente-se incomodado e preocupado com a situação, por isso apela ao bom senso de todos os eleitos, de forma a ser possível levar a bom termo o desempenho de todos. Solicita ainda a todos os eleitos que meditem sobre o comportamento que têm tido na Assembleia Municipal. -----

Salaria que existem efectivamente questões que tem que ser discutidas e as verdades também devem ser ditas, mas sempre respeitando cada um e colocando em primeiro lugar a razão de cada Deputado. Crê que se todos optarem por esse caminho, conseguirão chegar ao fim do mandato com dignidade. -----

Senhor Deputado José Arsénio, entende que o acto eleitoral realizado em 2005 foi um acto elevado, quer em Porto Covo, quer em Sines. Salaria que concorreu com um candidato com grande experiência autárquica e por quem tem grande consideração, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Sessão Ordinária (Continuação)

12-05-09

segundo ele valorizou ainda mais a sua vitória. Frisa que o referido elemento da C.D.U nunca dificultou, antes pelo contrário, sempre participou activamente na Assembleia de Freguesia, debatendo as suas ideias e colocando as suas questões, porém está indignado com as afirmações do Senhor Presidente da Câmara, ao referir que o Partido Comunista não via com bons olhos a realização de obras em Porto Covo. Frisa que a situação é grave, porque a C.D.U. tem responsabilidades em Porto Covo, nomeadamente com os seus eleitores. Sublinha que mais uma vez se congratula com a mentalidade do executivo camarário que nunca hesitaram colaborar com a Junta de Freguesia de Porto Covo. -----

Relativamente ao Parque Natural, refere que já falou com o Senhor Presidente da Câmara, esperando que este exija explicações sobre o que se está a passar e faça reivindicar as suas pretensões. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Arsénio, esclarece que o Partido Comunista Português decidiu fazer obras em Porto Covo. -----

Senhor Deputado Acácio Santos, refere que desconhecia o incidente ocorrido na reunião anterior e tal como o Senhor Deputado Francisco Venturinha já referiu também ele tem ao longo do mandato assistido a algumas intolerâncias na Assembleia Municipal e que em nada dignificam o órgão, o que lamenta, porque gostaria de terminar o mandato com alguma dignidade. -----

Salienta que a Assembleia Municipal tem que resolver os problemas reais da população e não entrar em "guerrinhas" pessoais e partidárias. Refere que certos actos e atitudes fazem com que a política seja desacreditada, pelo que deverão ser mais contidos e ter respeito uns pelos outros, porém esse princípio por vezes não tem sido respeitado. -----

Senhor Deputado Pedro Ventura, relativamente às oposições e às ofensas refere que concorda com tudo o que o Deputado Francisco Venturinha disse, mas salienta que a situação não é nova, porque tem conhecimento que na reunião da Assembleia Municipal, realizada em 30.04.08, houve faltas de respeito e ofensas graves. Considera que o debate deve ser construtivo e não baseado em acusações e ofensas pessoais, porque constata que a maioria das vezes não existe argumentação, mas sim pura e simplesmente ofensas pessoais e nesses debates faz questão de não participar, porque considera desprestigiante para o órgão em causa. -----

Senhora Deputada Helena Sales, relativamente à intervenção do Sr. Francisco Venturinha, salienta que a mesma reflecte o sentir da Comissão Permanente, que considerou existir a necessidade de ponderar sobre a questão e tentar nivelar a discussão política. -----

Salienta que sente-se incomodada muitas vezes com algumas considerações que são proferidas e gostaria que futuramente todos tivessem a preocupação de melhorar o seu desempenho na Assembleia Municipal, de forma a dignificá-la como merece. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

Senhor Deputado João Mexa, refere que a Bancada da C.D.U. está disponível para tudo fazer, no sentido de ir ao encontro do propósito para que foram eleitos, designadamente a discussão de questões políticas, porém esse debate muitas vezes trespassa quando são colocadas questões que em nada contribuem para o enriquecimento da discussão, mas sim para a destabilização, designadamente a afirmação maldosa que acabou de ser feita ao Partido Comunista Português, assim como os fortes "ataques" sistemáticos e muitas vezes desprovidos de qualquer veracidade ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Sublinha ainda que foi colocado em dúvida o apoio à Festa do Avante, pelo que questiona se é crime solicitar apoio à Autarquia para uma das maiores festas partidárias realizadas no País? -----

Relativamente às intervenções do Senhor Deputado Independente, refere que este coloca todos os partidos ao mesmo nível à excepção do Bloco de Esquerda, porém existem pessoas que mudam ao sabor dos interesses pessoais e familiares, não tendo convicções.

Finaliza referindo mais uma vez que tudo farão para ajudar a manter um bom ambiente na Assembleia Municipal, porém não lhes peçam para não falarem do Governo, ou do Senhor Primeiro Ministro. -----

Senhor Deputado Carlos Salvador, salienta que quer dar os parabéns à Comissão Permanente por ter a sensibilidade e o bom senso de discernir o que está mal. Frisa que concorda plenamente com tudo o que foi dito pelo Senhor Deputado Francisco Venturinha. Salienta ainda que as reuniões da Assembleia Municipal deveriam respeitar a hora de começo das mesmas, para que os trabalhos não se atrasassem. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que se deverá privilegiar o debate público e o debate das ideias e deverá dar-se menos relevo às questões secundárias para que os trabalhos possam correr bem. -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, refere que pretende apresentar uma Moção em defesa da democracia e que a mesma deveria ter sido apresentada na reunião anterior, mas como os trabalhos foram interrompidos, procede agora à apresentação da mesma, a qual irá ficar apensa à acta, passando-se de seguida a transcrever: -----

"Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista de Sines, condenam veementemente as agressões de que foi alvo o candidato do Partido Socialista ao Parlamento Europeu, Dr. Vital Moreira, durante a manifestação promovida pela CGTP-IN, no dia 1º de Maio de 2009. -----

Os verdadeiros democratas, defensores do civismo e da boa regra democrática, onde o respeito para com os seus opositores deve imperar, não podem compreender a prática deste acto. Mais, consideram inadmissível que após a sua existência, por parte de quem o cometeu, nada tenha sido feito no sentido de o reparar. -----

O Partido Socialista repudia que actos e atitudes destas subsistam, nos dias de hoje e após a revolução LIBERTADORA de Abril". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
Sessão Ordinária (Continuação)
12-05-09

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questiona aos Senhores Deputados se a Moção em questão deverá ser admitida, ou não, tendo sido a mesma colocada à votação para admissão. Após a votação registou-se um empate, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal exercido o seu voto de qualidade que decidiu que a mesma fosse rejeitada por maioria com o seguinte resultado: -----

C.D.U. – 10 votos contra . -----

P.S. – 8 votos a favor -----

C.D.U. – 1 voto a favor -----

PPD/PS – 1 abstenção -----

Membro Independente – 1 voto a favor -----

Declarações de Voto: -----

Senhor Deputado Fernando Ramos, refere que é a primeira vez que a admissão de uma Moção é rejeitada e lamenta que tinha sido o próprio Presidente da Assembleia Municipal com o voto de qualidade a fazê-lo. -----

Senhor Deputado Idalino José, refere que não se pronunciou sobre a reflexão da Comissão Permanente, relativamente às preocupações dos diálogos utilizados na Assembleia Municipal, porém verifica que quem mais falou, foi quem mais recuou nos interesses da democracia. -----

Senhora Deputada Helena Sales, refere que o Senhor Deputado Idalino José, não se pronunciou, porque não esteve presente na reunião da Comissão Permanente em que o assunto foi abordado. Explica que votou contra a admissão da proposta, porque sabia que ela iria causar discussão por mais 30 ou 45 minutos e não lhe é possível ficar mais tempo na reunião. -----


Frisa que não votou contra a proposta de Moção, mas sim contra a admissão da Moção, apresentada dado o avançado da hora. -----

Senhor Deputado Pedro Ventura, refere que votar favoravelmente hoje era a mesma coisa que terminar a sessão. -----

Senhor Deputado Ferreira Costa, refere que votou a favor da admissão para discussão da Moção, não se pronunciando sobre a decisão que votaria a mesma. -----

Reunir e discutir
e discutir.

MOÇÃO EM DEFESA DA DEMOCRACIA


12/05/09

Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista de Sines, condenam veementemente as agressões de que foi alvo o candidato do Partido Socialista ao Parlamento Europeu, Dr. Vital Moreira, durante a manifestação promovida pela CGTP IN, no dia 1º de Maio de 2009.

Os verdadeiros democratas, defensores do civismo e da boa regra democrática, onde o respeito para com os seus opositores deve imperar, não podem compreender a prática deste acto. Mais, consideram inadmissível que após a sua existência, por parte de quem o cometeu, nada tenha sido feito no sentido de o reparar.

O Partido Socialista repudia que actos e atitudes destas subsistam, nos dias de hoje e após a revolução LIBERTADORA de Abril.

Sines, 12 de Maio de 2009